Capítulo 73

O Brasil monárquico: o Primeiro Reinado (1822-1831)

O período da história brasileira situado entre o Brasil colonial (1500-1822) e o Brasil republicano (a partir de 1889) tem recebido várias denominações: Reino, Império e Monarquia. O Brasil foi elevado à categoria de reino em 1815. Com a Independência, continuou a denominação, apesar de D. Pedro I ter sido sagrado *imperador*, em 1º de dezembro de 1822.

Por que se atribuiu tal título a D. Pedro I? Podemos apontar três fatores mais importantes: a grande extensão territorial, que dava idéia de um império semelhante aos da Antiguidade; o ideal de unidade, mais fácil de manter sob a autoridade de um imperador; o sonho de grandeza alimentado pelos portugueses. Como *monarquia* é o poder hereditário, exercido por uma só pessoa, talvez seja esta a denominação mais correta para o período entre o Brasil colonial e o republicano. Mas uma denominação não exclui outra.

1. A difícil consolidação

O período monárquico divide-se em três subperíodos básicos:

Primeiro Reinado (1822-1831) — Governo de D. Pedro I;

Regências (1831-1840) — Governos regenciais;

Segundo Reinado (1840-1889) — Governo de Dom Pedro II.

Não foi fácil vencer a distância entre a Independência e a consolidação do Império. Dom Pedro I enfrentou sérias dificuldades para: consolidar sua autoridade, diante da contestação em muitas províncias; obter o reconhecimento internacional; e superar as divergências para a elaboração da primeira Constituição. Consolidação mesmo só viria no Segundo Reinado.

Uma das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa para enfraquecer a autoridade do então príncipe regente e forçá-lo a voltar a Portugal tinha sido o desligamento das Juntas de Governo Provincial do governo do Rio de Janeiro. Assim, o governo e as forças militares de algumas províncias ficaram contra a Independência e a favor das autoridades portuguesas. Não se submetiam à autoridade de D. Pedro. As reações mais fortes vinham da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Província Cisplatina, antiga Colônia do Sacramento. Esta havia sido incorporada em 1821, depois de batalhas iniciadas em 1816 com a Independência da Argentina.

Para lutar contra os portugueses, a Coroa brasileira contratou oficiais e marujos estrangeiros, entre eles o almirante escocês Lorde Cochrane, que já havia combatido pela independência do Chile. Ele comandou os brasileiros que conquistaram Bahia, Piauí e Pará, entre junho e agosto de 1823.

Vencidos os portugueses da Cisplatina em outubro, consolidou-se o domínio militar do imperador sobre todo o território nacional. Mas esta província jamais aceitaria ser brasileira, sobretudo por causa da origem espanhola de seus habitantes. Em 1825, um movimento revolucionário declarou a anexação da Cisplatina à Argentina. O resultado: Brasil e Argentina entraram em guerra, com muitas mortes e prejuízos materiais para os dois lados. Em 1828, os dois países renunciaram à posse da Cisplatina e lhe concederam a Independência, com o nome de *República Oriental do Uruguai*.

A inútil e custosa guerra aumentou a oposição popular à política de D. Pedro I, considerada contrária aos interesses brasileiros. Um autor anônimo deixou estes versos críticos, que parafraseiam a letra do Hino da Independência:

A Corte vai deitar luto;
A cidade se ilumina:
Acabam nossas desgraças
Lá se foi a Cisplatina.
Brava gente brasileira;
Longe vá-se amor servil;
Deixemos os estrangeiros
E cuidemos do Brasil.

Ao mesmo tempo que lutava para se impor internamente, D. Pedro I preocupava-se em conseguir *apoio externo* para a separação de Portugal.

A Inglaterra era a principal intermediária entre Brasil e países europeus e via neste fato a grande oportunidade para continuar extraindo grandes lucros de seus privilégios comerciais com o Brasil. Também não lhe interessava romper com o velho aliado, Portugal.

Os ingleses assumiram posição conciliatória, de que resultou o *Tratado de Paz e Amizade* entre Brasil e Portugal, assinado em 29 de agosto de 1825. O Brasil, em troca do reconhecimento de Portugal, comprometia-se a pagar-lhe 2 milhões de libras esterlinas e conferia a D. João VI o direito de usar o título de Imperador do Brasil. O detalhe interessava ao rei de Portugal: tendo conseguido impor autoridade sobre as Cortes e restabelecer a monarquia absoluta, alimentava a esperança de voltar a reunir os dois países.

Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a Independência do Brasil, em 26 de maio de 1824. Seguiu-se o México, em março de 1825, antes ainda de Portugal, portanto. França, Áustria e outros países europeus só reconheceram o novo país depois do Tratado de Paz e Amizade, para não melindrar a Coroa portuguesa. Desta forma, em 1826 o Brasil despontava no cenário internacional como única monarquia do Novo Mundo.

2. A Constituinte de 1823

A primeira *Assembléia Constituinte* do Brasil foi convocada por D. Pedro antes da Independência, em junho de 1822. Mas só tomou posse em maio de 1823. Cerca de oitenta deputados representavam catorze províncias. Eram as pessoas mais representativas da sociedade da época: bacharéis, padres, magistrados, grandes proprietários rurais e funcionários públicos, a maioria com grande participação na luta pela Independência e na defesa dos ideais liberais.

Logo se criou um clima de desconfiança entre o Imperador e a maioria dos constituintes. Na instalação, D. Pedro pediu uma Constituição digna dele e do Brasil. Muitos deputados estranharam o pedido, interpretado como interferência do imperador em assunto de exclusiva competência da Assembléia.

Duas questões, principalmente, puseram em campos opostos, de um lado, o imperador e os conservadores; e de outro, os liberais, que dominavam a Assembléia:

- a própria Monarquia e a autoridade do imperador em relação à Assembléia;
- a questão da cidadania dos portugueses, que despertava o sentimento nativista de muitos deputados.

Em relação à primeira questão, os liberais achavam que o imperador deveria acatar previamente a Constituição a ser aprovada. Aqui se vê que estão presentes duas idéias: primeiro, a de que a convocação da Assembléia pelo imperador já implicaria sua aceitação às decisões da Constituinte; e segundo, a influência dos revolucionários do Porto que, como vimos em capítulo anterior, fizeram a mesma exigência a D. João VI, ou seja, jurar previamente à Constituição a ser elaborada pelas Cortes de Lisboa.

Os liberais garantiam que tal posição não enfraquecia o imperador, já que defendiam um Executivo forte. Apenas queriam que sua autoridade se enquadrasse em princípios legais aprovados pela Constituinte.

Já os conservadores defendiam que o imperador deveria estar acima de tudo e de todos; cabia-lhe portanto a última palavra sobre a futura Constituição.

A questão dos *portugueses residentes no Brasil* atingiu contornos explosivos, como mostram alguns fatos.

Os Andradas, por exemplo, apoiaram o projeto de um pernambucano que queria expulsar do país todo português que não aderisse claramente à causa da Independência. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada explicou-se assim: "Senhor Presidente, falemos claro. É quase impossível, em regra, que um português possa amar de coração uma ordem de coisas que implica a ruína de sua pátria e nodoa a sua dignidade. Por mim o digo, se eu fosse português detestaria a separação e a Independência do Brasil".

Claro que D. Pedro, nascido em Portugal, não apreciou tais palavras.

Outro grave acontecimento teve origem quando os jornais liberais *Tamoio* e *Sentinela* publicaram artigos exaltados contra oficiais portugueses. Estes espancaram erroneamente aquele que supunham ser o autor dos artigos. Outros portugueses influentes exigiram providências do imperador.

No dia 11 de novembro de 1823, D. Pedro enviou mensagem à Assembléia, exigindo satisfações à tropa e aos oficiais portugueses. A Assembléia declarou-se em sessão permanente, na

Noite da Agonia, opinando que o caso caberia ao Judiciário. No dia seguinte, D. Pedro enviou à Assemoléia ato que dissolvia a Constituinte. Imediatamente, numerosos deputados foram presos e alguns, deportados. O decreto:

"Havendo eu convocado, como tinha direito de convoçar, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, por decreto de 3 de junho do ano passado a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes; e havendo esta Assembléia perjurado ao tão solene juramento, que prestou à nação de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia: Hei por bem, como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembléia e convocar já uma outra na forma das instruções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projeto de Constituição que eu lhe hei de em breve apresentar que será mais duplicadamente liberal do que o que a extinta Assembléia acabou de fazer. Os meus ministros e secretários de Estado de todas as diferentes repartições o tenham assim entendido, e façam executar a bem da salvação do Império. Paço, doze de novembro de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império."

Observemos que D. Pedro acusa a Assembléia de não estar defendendo a integridade e a independência do Império, o que os deputados liberais diziam estar fazendo; e que o imperador procura identificar-se com os ideais liberais.

3. A Constituinte de 1824

Na verdade, D. Pedro não convocou nova Constituinte. Nomeou um *Conselho de Estado* com dez membros, presidido por ele mesmo, que no mês seguinte já havia concluído seus trabalhos. O imperador outorgou a primeira Constituição brasileira em 25 de março de 1824, ou melhor, ele a impôs, sem aprovação de uma Assembléia Constituinte.

Apesar de liberal para a época, a Constituição de D. Pedro I concentrava praticamente todos os poderes nas mãos do imperador. Eram estes os órgãos de poder:

Poder Legislativo — Exercido pela Assembléia Geral, composta por Senado vitalício e Câmara dos Deputados, com membros eleitos para quatro anos de mandato.

Poder Judiciário — Exercido pelos juízes e tribunais. Os membros do Supremo Tribunal eram escolhidos pelo imperador.

Poder Executivo — Exercido pelo imperador, auxiliado pelos ministros.

Poder Moderador — Permitia ao imperador centralizar toda a estrutura política do país. Ele o exercia ajudado por um Conselho de Estado, com conselheiros vitalícios por ele nomeados. A função do Poder Moderador era zelar por independência, equilíbrio e harmonia entre os outros poderes.

Um presidente e um Conselho Geral governavam cada província. O imperador nomeava o presidente, que nomeava os conselheiros.

Essa organização possibilitava ao imperador controle absoluto de todas as decisões, pois ele preenchia os cargos mais importantes e exercia o papel de juiz em caso de conflito entre poderes. Como Poder Executivo, ele era parte interessada em todo conflito; como Poder Moderador, era o juiz. Situação singular, que fazia com que todos os conflitos fossem julgados sempre a favor do Poder Executivo.

4. A Confederação do Equador

No Nordeste, apesar da Independência, continuava a haver problemas econômicos e sociais, contra os quais tinham lutado os revoltosos da Revolução Pernambucana de 1817.

No terreno político, a situação estava até mais grave. Por todo o país havia grande descontentamento com a concentração de poderes nas mãos do imperador e mais ainda com o direito que ele mesmo se atribuía de nomear os presidentes das províncias. A oposição era maior no Norte e Nordeste.

Havia especial resistência em Pernambuco, com tradição de defesa dos ideais liberais e republicanos. Os sobreviventes de 1817 continuavam a lutar contra a ordem vigente. Algumas questões os dividiam. Os proprietários rurais opunham-se ao fim do tráfico de escravos e a posições ainda mais radicais defendidas pelas classes populares e por setores urbanos, como os de advogados, jornalistas, professores e padres.

Os trabalhadores já se encontravam organizados em *brigadas populares* desde 1821. Negros, mulatos e militares de baixa patente contestavam não só o poder central mas também a aristocracia rural. Havia constantes revoltas. Em 1823, sob chefia do mestiço Pedro Pedroso, participante do movimento de 1817, as brigadas derrubaram o governo e assumiram o poder. Apresentavam acentuado radicalismo negro, como se pode perceber por uma das quadras cantadas pelos rebeldes:

Marinheiros e Caiados,
Todos devem se acabar.
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar.

O governo de Pedro Pedroso sofreu forte reação; ele foi preso e enviado para o Rio. O governo deposto voltou ao poder. Mas freqüentes revoltas o fizeram renunciar em dezembro de 1823. A população elegeu novo governo, chefiado pelo intendente da Marinha Manuel de Carvalho Pais de Andrade, revolucionário de 1817, que tinha escapado à morte fugindo para os Estados Unidos.

O imperador responde em fevereiro de 1824, nomeando presidente o ex-chefe da junta que havia renunciado no ano anterior. Pais de Andrade se nega a entregar o governo. Em 2 de junho, proclama a *Confederação do Equador:* em lugar de monarquia, uma república nos moldes da norte-americana. Um trecho da proclamação de Manuel de Carvalho Pais de Andrade:

"Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjúrios do Imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas. Eia, pois, brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa (...)

"Brasileiros! Pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este, salvemos a honra, a pátria e a liberdade, soltando o grito festivo — Viva a Confederação do Equador!"

Apesar do apoio nordestino, a Confederação durou pouco. O governo imperial reagiu rápido e violento. D. Pedro contratou esquadras e mercenários ingleses, pagos por um empréstimo de milhões de libras. Proprietários rurais contrários ao movimento organizaram milícias. Com supremacia naval, as forças imperiais usaram a tática de combater as províncias separadamente, evitando que se unissem.

Pais de Andrade conseguiu fugir novamente, agora para a Inglaterra. Mas muitos outros foram presos e mais de uma dezena deles condenados à morte. Joaquim do Amor Divino Rabelo, o *Frei Caneca*, estava entre estes. Republicano devotado, tinha prestígio popular. Teve de ser fuzilado, pois o carrasco se recusou a enforcá-lo.

Da mesma forma que na colônia, apesar da Independência, prevalecia a administração centralizada. O poder absoluto não admitia contestação.

5. Fim do Primeiro Reinado

Um fato contribuiu para agravar a impopularidade de D. Pedro I. Com a morte do rei português D. João VI, D. Pedro foi proclamado sucessor, mas renunciou em favor da filha menor de idade; esta devia casar com um tio, D. Miguel, irmão de D. Pedro, que exerceria o poder como regente até a maioridade da princesa.

A forma que D. Pedro encontrou para manter o poder fracassou, lá como aqui. D. Miguel fez-se proclamar rei de Portugal em 1828, mandou a sobrinha de volta ao Brasil e implantou um governo despótico. O imperador brasileiro rumava a destino inglório. Para obter apoio popular, viajou a Minas em fins de 1830; foi recebido sem entusiasmo. A insatisfação provocou em março de 1831 as *Noites das Garrafadas*, conflitos de rua que sacudiram o Rio de Janeiro, entre partidários e opositores do imperador.

Em 20 de março, D. Pedro fez a última tentativa de reconciliação. Nomeou um Ministério só de brasileiros natos. Quinze dias depois, inesperadamente, substituiu-o por outro, composto de nobres estreitamente ligados a ele: o *Ministério dos Marqueses*. Mais de 2 000 manifestantes fizeram passeata, exigindo a volta do Ministério de 20 de março. O monarca preferiu renunciar em favor do filho Pedro de Alcântara, com 5 anos de idade, e viajou para a Europa, na madrugada de 7 de abril de 1831.

Estava encerrada a primeira e tumultuada etapa da monarquia brasileira.

Questões propostas

1. Que fatores levaram D. Pedro a sagrar-se Imperador?

2. Quais os três períodos em que se divide a história imperial?

3. Quais os três maiores problemas enfrentados por D. Pedro I?

4. Como se resolveram os problemas criados pela reação contra a Independência?

5. Como foi o processo que redundou no reconhecimento do Brasil como única monarquia do Novo Mundo?

6. Na Constituinte de 1823, que questões opuseram o imperador e os conservadores aos liberais?

7. Como D. Pedro I justificou a dissolução da Assembléia Constituinte? No decreto de dissolução, o que prometia também?

8. Por que a Constituição de 1824 permitia ao imperador o controle de todas as decisões?

9. Qual era a situação do Nordeste pós-Independência? Quem foi Pedro Pedroso? Resuma o que foi a Confederação do Equador.

10. Como terminou o Primeiro Reinado?

Frei Caneca e Pais de Andrade, dois líderes da Confederação do Equador que se ergueram contra a Constituição imposta por D. Pedro I. "Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjúrios do Imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes." (Proclamação de Pais de Andrade)